



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010429-89.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
Requerente: **Fátima Aparecida Bertacini Brassi**
Requerido: **RMC Transportes Coletivos Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

Existem nos autos duas versões para os fatos trazidos à colação.

Sustenta a autora que dirigia normalmente seu automóvel pela Av. Dr. Carlos Botelho quando foi surpreendida por manobra levada a cabo por ônibus da ré.

Ele estava estacionado em um ponto e ao sair derivou à esquerda, atingindo a lateral direita do automóvel.

Em contraposição, sustenta a ré que seu ônibus era conduzido pela aludida via pública, quando a autora derivou à direita sem observar a presença do mesmo, colidindo contra ele.

Muito embora não tenha sido produzida prova oral, que poderia aclarar melhor como se deu o episódio em apreço, reputo que as provas constantes dos autos são suficientes para definir a responsabilidade do motorista da ré pelo acidente noticiado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isso porque se a dinâmica fática do evento fosse a descrita pela ré seguramente apenas a parte frontal lateral direita do automóvel da autora ficaria danificada na medida em que ele bateria contra o ônibus quando em posição diagonal, derivando para a direita.

Como, porém, os orçamentos ofertados deixam clara em sua integralidade a necessidade de reparos em toda a lateral direita do automóvel (inclusive no para-choque **traseiro** - fls. 04 e 06) é forçoso concluir que o mesmo estava em sua trajetória regular quando foi atingido pelo ônibus no momento em que este sim de forma imprudente saiu para o lado esquerdo da pista sem observar sua presença.

Somente diante dessa perspectiva seria compreensível a extensão dos danos havidos no veículo da autora, transparecendo, ao contrário, incongruente com a explicação da ré o resultado verificado.

É o que basta para o acolhimento da pretensão deduzida, patenteada a culpa do motorista da ré pelo embate.

No que concerne ao valor da condenação, haverá de cingir-se ao pedido de fl. 01, apoiado no orçamento de fl. 04, porquanto a majoração do mesmo a partir do documento de fl. 45 não é viável em face do momento processual em que foi juntado.

Outrossim, anoto que a ré não amealhou dados consistentes que lançassem dúvidas concretas sobre a credibilidade do documento que deu lastro ao pleito da autora, não se podendo olvidar que a referência a danos de "*pequena monta*" lançada a fl. 03 e insuficiente por si só para tanto.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 1.669,00, acrescida de correção monetária, a partir de setembro de 2014 (época de elaboração do orçamento de fl. 04), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 29 de janeiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**